

Atuação não se mede só por números

Num Legislativo que tem dificuldade até de reunir metade de seus políticos para apreciar proposições em plenário, a atuação boa ou ruim do parlamentar não pode ser medida apenas por número de projetos apresentados e aprovados. A capacidade de conduzir negociações, de debater, tramitar entre diversas correntes políticas, formular políticas em áreas de especialização e repercutir idéias, seja no plenário ou na imprensa, são os parâmetros usados pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parla-

mentar) para avaliar a atuação parlamentar.

“Se valesse quantidade de papel gasto, tem deputado aí que apresentou projetos de regulamentação de todos os artigos da Constituição. Mas quando você vai ler, percebe que tudo que fizeram foi repetir o texto. São os que eu chamo de deputados estatísticos, que acham que mostram serviço desse jeito. Não é por aí que se mede o trabalho parlamentar”, afirma o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), uma das 100 cabeças do atual Congresso consideradas mais influentes pelo Diap.

O trabalho desenvolvido pelos

parlamentares nas comissões temáticas permanentes, que recebem pouca atenção do noticiário, e nas Comissões Parlamentares de Inquérito, além, é claro, do comportamento de cada um nas votações nominais, são critérios indispensáveis para avaliar se o político merece ou não a eleição.

Se valesse só o critério estatístico, 1991, primeiro ano dessa legislatura, deveria ser considerado mais produtivo do que 1992, ano do *impeachment* de Fernando Collor, e 1993, ano da CPI do Orça-

mento. Em 1991, segundo o Sinopse da Câmara — órgão que armazena os dados de todas as proposições que passam pela Casa — foram apresentadas 4.223 proposições (entre projetos de lei, projetos de decreto legislativo, propostas de emenda à Constituição de autoria do Legislativo, Executivo e Judiciário, além de requerimentos e consultas), das quais 243 viraram leis. Em 1992, esse número caiu para 2.685, das quais 110 foram aprovadas. Em 1993, foram 2.457 proposições, 85 aprovadas. E, em 1994, foram 1.458, sendo 23 aprovadas.